



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 691, DE 2023

(Do Sr. Léo Prates)

Acrescenta o art. 41-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para proibir de prestar concursos públicos ou assumir cargos, empregos ou funções públicas, o condenado por crimes de violência sexual virtual contra mulher

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-291/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. LÉO PRATES)

Acrescenta o art. 41-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para proibir de prestar concursos públicos ou assumir cargos, empregos ou funções públicas, o condenado por crimes de violência sexual virtual contra mulher.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 41-A:

“Art. 41-A. Fica proibido de prestar concursos públicos ou de assumir cargos, empregos ou funções públicas, pelo prazo de oito anos, o condenado, em decisão transitada em julgado, por crimes de violência sexual virtual contra mulher.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A internet é fundamental no processo de globalização e se faz presente e necessária em nosso dia a dia, tanto em questões de lazer, relacionamentos sociais, profissionais e afetivos, além de ter acesso a todo tipo de informação e resolver diversos assuntos por meio da rede.

No entanto, à medida que o ambiente virtual cresce, abre margem para a propagação e facilitação de delitos comportamentais, advinda da impossibilidade de fiscalização e acompanhamento dos seus usuários de forma que não aflija as suas liberdades pessoais e o direito à privacidade.

Com a internet, surgiram novas categorias de crimes propagados pelos meios virtuais, o que, de certa forma, facilita a recorrência



destes crimes, pelo seu *modus operandi* rápido, eficiente e na maioria das vezes anônimo.

Nesse sentido, e com vistas a combater tais crimes surgiram leis contra o crime virtual contra a dignidade sexual, como a Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018, que criminaliza a divulgação de cena de estupro ou estupro de vulnerável, ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia (Código Penal, art. 218-C).

O § 1º do art. 218-C do Código Penal prevê o aumento de um a dois terços da pena se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação. Trata-se, neste caso, do ***porn revenge***, ou pornografia da vingança, e que atinge, na maioria dos casos as mulheres.

Por sua vez, a Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018, passou a criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado (Código Penal, art. 216-B).

Desde a promulgação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), foram estabelecidos diversos instrumentos com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Como o objetivo de auxiliar na repressão a estes odiosos crimes, é que apresentamos a presente proposição, esperando contar com o apoio dos nobres colegas para uma célere aprovação desta importante iniciativa.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado LÉO PRATES



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006-08-07;11340
LEI Nº 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018-09-24;13718
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940-12-07;2848
LEI Nº 13.772, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018-12-19;13772

FIM DO DOCUMENTO